

Grande Entrevista

Ruanda: Onde aconteceu o único genocídio do século XX

O que provocou o genocídio, terá sido o atentado contra o avião do antigo presidente hutu?

- Professor JOSÉ KAGABO, historiador ruandês (*) em GRANDE ENTREVISTA (Parte 3/CONTINUA)

Por: Joana Pereira Leite, Dirce Costa e Fernando Veloso

Sobre o genocídio há um debate que continua a ser actual: o que provocou o genocídio, terá sido o atentado contra o avião do antigo presidente hutu?

Há duas teses: a primeira, que foram os extremistas hutus do lado presidencial, que achavam o presidente demasiado brando para poder assinar acordos de poder com os rebeldes da Frente Patriótica Ruandesa.

A outra tese, desenvolvida sobretudo em França, convoca uma certa especialização universitária, um activismo jornalístico, o uso da justiça para montar inquéritos judiciais e condenar, ou seja, esta segunda tese, acusa a FPR. Esta está prestes a desfazer-se, porque houve anti-inquéritos que mostram muito bem que a questão é mais complicada. Em consequência a França fica numa posição difícil.

Em suma, o Ruanda desliza para o genocídio, com um milhão de mortos, em três meses, ou seja 300 000 por mês, 10 000 por dia. Poderíamos continuar o macabro cálculo até determinar quantos por hora. É um terrível choque.

Por que razão ainda pensamos no genocídio no Ruanda: é o primeiro a ser cometido ao ar livre, de dia e de noite e com câmaras de todas as grandes televisões do mundo a filmar. Até nas Antilhas encontrei quem tivesse seguido tais imagens. Imagens sem discurso explicativo. Quando se vêem, estamos perante a selvajaria. Há alguns anos, um colega do CNRS disse-

-me, acho que em 1997, durante um curso de Verão, na Martinica, em Fort de France: “Sabes, uma tia minha, quando viu as imagens da carnificina do Ruanda disse: ‘Ainda bem que os brancos nos vieram buscar’”.

Ou seja, uma descendente de escravos que acha que os brancos fizeram bem em vir buscá-los a África. Vê-se como o mesmo acontecimento pode ser interpretado diferentemente.

É o que lembramos mas, de facto, é um enorme escândalo ver um genocídio filmado por câmaras de televisão do mundo inteiro. E toda a comunidade internacional sem o poder parar. Pesa muito na consciência da comunidade internacional e há ‘mea culpa’ mais sinceros, enquanto outros nada reconhecem. O debate prossegue. Agora é um trabalho de historiadores.

Mas, para regressar à História política que envolve o país e os seus habitantes, é a FPR que pára o genocídio no dia 4 de Julho de 1994. O velho exército desagrega-se e põe-se em fuga para o Zaire, levando como reféns alguns milhões de habitantes. Mas uma questão subsiste: como aceitaram eles ser feitos reféns?

Refira-se que no Ruanda aconteceu o único genocídio do séc. XX, em que todos são envolvidos: velhos, homens, mulheres, crianças e mesmo pessoas a quem não havia nada a apontar, mas que, pelo simples facto de estarem no meio dos assassinos, têm medo. É um pânico generalizado, é o nunca visto, é uma singularidade deste genocídio.

Mas, no fundo, quem os



faz reféns espera receber como moeda de troca que a FPR fique no vazio e a comunidade internacional se levante dizendo que não é possível governar um país

vazio, que é necessário renegociar. Na realidade nada se passa por acaso, e uma vez mais se constata que o governo e o seu exército, responsáveis pelo genocídio,

se deixam enganar pelas promessas de ajuda externa para reconquistar o poder.

Eis, um pouco, o estado em que estava o Ruanda no final de 1994.

“Já não havia nada, nem aparelho de Estado”

Então pode-se imaginar o caos em 1995, 96, 97, o caos total face à inexistência de qualquer estrutura administrativa que funcionasse. Já não havia hospital que funcionasse, nem instituições, nem aparelho de Estado, nada. Tudo era para reconstruir.

Uma vez que a principal questão era a de reconstruir uma nação, tive a sorte de ser um observador assíduo deste processo de reconstrução nacional. Quando digo observador é porque tive a oportunidade de visitar várias vezes ao ano o Ruanda, três ou quatro vezes por ano e, assim, observava o que

se passava no país, em todas as situações, a todos os níveis ou seja, a população, a administração, os negócios, a economia, a política. Assim, foi-me dado ver como se organizaram, muito paciente e dolorosamente, os mecanismos da reconstrução.

Um dos mecanismos de reconstrução era, não sem dificuldade, o de reconquistar um mínimo de recursos para a administração, para a pôr em funcionamento... O que não se faz em dois ou três dias, meses, semanas, etc. Demora a ‘pôr de pé’. Requer aquisição de conhecimentos, de compe-

tências, mas também de empenhamento. Tal vai-se atingindo a pouco e pouco. Foi preciso reorganizar a economia, nem que fosse para alimentar os sobreviventes. Note-se que o Ruanda não funcionou muito, ou pelo menos durante muito tempo, com ajuda alimentar das ONG e de instituições humanitárias.

Os quadros ruandeses empenharam-se logo em renovar rapidamente a agricultura, elemento e pilar essencial da economia ruandesa. É uma economia de substância. E o mais

(Continua na página seguinte)

Grande Entrevista

(Continuação da página anterior)

urgente era instituir um quadro de segurança, ou seja, garantir a polícia, a ordem e a segurança no interior do país, protegendo as populações sobreviventes.

Tudo isto foi feito, paciente e dificilmente, também com adversidade, porque os que tinham sido fiéis ao anterior regime, como a França, não

tinham desarmado. Prosseguiram uma guerra diplomática e de propaganda contra a FPR, motor desta reconstrução. Eu vi como foram criadas

escolas, o sistema escolar. Tive a oportunidade de ver a reconstrução da Universidade do Ruanda, onde dei aulas em 1997. Também foi o meu

contributo para esta reconstrução, mas era sobretudo um observatório, um lugar a partir do qual eu podia ver o que se passava e tentar analisá-lo.

“Iremos deixar esta população de seis milhões refém do antigo exército? E a resposta foi: não.”

De uma forma bastante notável, o Ruanda teve a preocupação e a coragem de se colocar questões fundamentais: iremos deixar esta população de seis milhões, refém do antigo exército? E a resposta foi: não.

Vamos repatriá-los, nem que seja pela violência. Foi assim que o Ruanda bombardeou campos de refugiados controlados pelo antigo governo e pelo antigo exército, para deixar entrar milhões de ruandeses, muitos dos quais ‘genocidas’.

Canal: Morreram muitas pessoas?

Prof. Kagabo: Não se sabe, não se pode calcular.

E não se bombardeou os campos, bombardeou-se os estados-maiores do exército do governo de 1996. Essa foi a primeira medida, no início da reconstrução nacional, para repatriar milhões de ruandeses. Claro que isto foi denunciado como uma agressão, mas o Ruanda desafiou a comunidade internacional que nada tinha feito, e assumiu as suas responsabilidades: tratava-se de ruandeses, e, como tal, a decisão foi de repatriá-los para casa.

Segunda grande medida: entre estes repatriados havia uns quantos ‘genocidas’ e um grande número de criminosos. Os que foram identificados, foram presos. As prisões ficam ‘a deitar por fora’ de presos. E o que se fez com eles? Não se tratou de os matar, mas de fazer aplicar uma justiça, mas qual justiça?

De acordo com as estimativas da época, inclusive as das ONGs, a execução da justiça por tribunais clássicos seria um trabalho para duzentos anos! E poderia o país passar dois séculos envolvido em tal tarefa?

Em 1995, assisti a uma primeira conferência internacional cujo principal objectivo foi não tanto explicar o que se tinha passado, mas sobretudo o de abordar a questão principal: o que deve ser feito e como será feito?

Nesta conferência eram convidados alemães, judeus, sul-africanos, latinos, etíopes que também

tinham conhecido crises, massacres, crimes desta envergadura.

Portanto o Ruanda tinha a expectativa de receber conselhos dos mais experientes. E é nessa altura que surge a ideia de que talvez fosse necessário recorrer a um mecanismo de resolução de conflitos que se inspirasse na tradição. E foi assim que, progressivamente, se inventou aquilo a que se chama as audições “gacaca” (pronuncia-se “gatchacha”), ou seja, sessões em que o indivíduo deve enfrentar a sua comunidade. É aí que iria responder pelos seus actos. No sítio onde viveu, onde é conhecido, onde tem testemunhas de acusação e de defesa. Sendo dado como culpado e reconhecendo a sua culpa teria uma redução de pena. Portanto, em vez de punir uma série de acusados que os tribunais clássicos nunca conseguiriam julgar num prazo razoável, decidiu-se descentralizar e responsabilizar as comunidades. Claro que foi necessário estabelecer categorias de responsabilidades, e os grandes criminosos, os que, no exercício das suas funções, tinham sido empurrados pelas autoridades para o genocídio, esses seriam condenados pelos tribunais. Os que levaram as populações a cometer crimes, horrores contra a humanidade, foram julgados pelos tribunais, mas os pequenos assassinos, os que eram crianças, os que tinham pilhado, esses foram julgados pelas suas comunidades. Também havia responsáveis culpados de grandes crimes.

Mas mesmo os que tinham sido julgados como grandes criminosos poderiam beneficiar de uma redução da pena, mediante confissão. Como concretizar esta redução de pena? Não se lhes podia dizer: vá, voltem às vossas casas. Não, isso não era possível! Era necessário encontrar uma forma de reparar a pena e, assim, criou-se uma estrutura a que se chamou “trabalho de utilidade comunitária”. Por exemplo, os condenados a dez anos de prisão são presos durante cinco anos e fazem ‘trabalhos de utilidade comunitária’ durante mais cinco anos. Tais trabalhos serviram para reconstruir o



que tinha sido destruído durante o genocídio, ou seja, as infraestruturas, as escolas, os hospitais, as estradas. E, em certos casos, reconstruir casas para os sobreviventes cujos bens tinham sido destruídos e que tinham ficado sem nada. Foi assim que o Ruanda inventou uma justiça reconciliadora.

Eis alguns elementos de base sobre os quais se fundou a reconstrução nacional. Falo em elementos de base, porque são aqueles em que a maioria dos ruandeses, incluindo a franja de população com menos instrução, se podiam reconhecer e que compreendiam. Além disso, foi necessário imaginar instituições em que todos se sentissem iguais. Porque havia a consciência de que um velho camponês, que matou ou escapou ao genocídio, não compreendia o que era um Conselho de Estado, um parlamento, etc. Tratou-se de criar instituições diferentes das instituições clássicas que se encontram no mundo inteiro, em todos os países, como a Assembleia Nacional, o Parlamento, a Administração, os Serviços Públicos, os Hospitais, etc. Formaram-se assim Comissões Ad Hoc, comissões de reconciliação nacional que sustentaram que um Estado, enquanto tal, não podia apoiar a exploração do fosso entre os carcosos, os que apoiaram o genocídio e as vítimas que fugiram ou

que perderam membros das suas famílias, também orfãos; portanto foi necessário tomar em conta este tipo de problemática. Como sempre, o Estado existe exactamente para isso. É um exemplo das instituições criadas. Claro que há um Ministério da Justiça, mas este ministério não funciona num contexto normal, ainda há injustiças que se cometem. Portanto criou-se uma instituição chamada “ombudsman”, um árbitro, um mediador, mas que tem um poder que ultrapassa o de um árbitro: tem o poder de perseguir, ou seja, desde que um simples cidadão o procure para lhe expor um diferendo que tem com a Administração, ou para lhe comunicar que identificou os bens da sua família, que foi massacrada, e que os quer recuperar, mas não lhes querem dar, então ele intervém. Conduz um inquérito, tem os meios para tal, tem o poder de decisão sem ir aos tribunais, e pode decidir que os bens devem ser restituídos.

Outro exemplo: o caso de alguém que procura trabalho numa administração pública e é suspeito de ser filho de um assassino, por isso não lhe querem dar trabalho. Tal indivíduo dirige-se ao mediador que, após a realização de um inquérito, pode concluir pelo seu direito ao emprego.

Este tipo de mecanismos faz parte do conjunto de estratégias

de reconstrução nacional, ou seja, a sua função é de restabelecer confiança a todas os níveis da nação.

Há uma série de programas como este, não falo de programas memoriais, do tipo comemoração do genocídio, em que participam todos, e também não falo do programa de reconstrução do sistema educativo, que permite a todas as crianças, no Ruanda acederem à escolaridade completa, o chamado “Programa de Nove Anos”.

O acesso à escolaridade gratuita é algo de novo no Ruanda, e acho que o Ruanda é o primeiro país africano a criar um sistema de ensino universal gratuito, acessível a todos. O projecto, agora, é de o estender até aos doze anos, ou seja, até ao fim do ensino secundário (liceu). Ou seja, este sistema que permite a todas as crianças de aceder aos mesmos direitos é parte também do sistema de reconstrução nacional. O financiamento de tal sistema está consagrado no orçamento do Estado.

Mas como podemos receber todas as crianças na escola? Primeiro, é preciso construir escolas, para o que é preciso dinheiro. E, entre outros, é para isso que os trabalhos das telecomunidades serviram. Mas a população também foi mobilizada, os que tinham um pouco de dinheiro contribuíram financeiramente, e os outros contribuíram com o seu trabalho. Se não fazes a cobertura, sabes, pelo menos, levantar um tijolo, se não o souberes fabricar, sabes passá-lo ao pedreiro, ou seja, todos podem entrar, à sua maneira, no processo de reconstrução nacional. Assim a instrução não depende apenas de uma política governamental, é um compromisso massivo de todos.

Eis o que posso dizer sobre a reconstrução nacional.

(*) *Maître de Conférences na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris. Professor convidado na Université de Kibungo e na Université Libre de Kigali. Senador no Ruanda entre Setembro 2009 e Setembro 2011.*

(Continua na próxima edição.../Canal de Moçambique)